

**Universidades Lusíada**

Pavia, José Francisco Lynce Zagallo, 1967-

**O modo português de fazer a paz : o caso de Moçambique**

<http://hdl.handle.net/11067/208>

<https://doi.org/10.34628/8kaj-g160>

**Metadados**

**Data de Publicação**

2008

**Resumo**

Neste artigo vai ser analisado o papel de Portugal no processo de paz em Moçambique, esforço que consideramos muito importante e onde tentaremos demonstrar a sua importância; um papel que não sendo o principal revelar-se-ia fundamental em determinadas fases, em especial a sua influência, através de canais formais e informais na tentativa de aproximação entre as Partes, com o objectivo de se chegar a um acordo, que pusesse fim à guerra civil e concorresse para a ulterior transição democrática....

**Tipo**

article

**Revisão de Pares**

Não

**Coleções**

[ULL-FCHS] LPIS, n. 01 (2008)

Esta página foi gerada automaticamente em 2023-05-05T11:21:35Z com informação proveniente do Repositório

O *MODO PORTUGUÊS* DE FAZER A PAZ:  
O CASO DE MOÇAMBIQUE

José Francisco Pavia  
pavia.jose@gmail.com

## O MODO PORTUGUÊS DE FAZER A PAZ: O CASO DE MOÇAMBIQUE

José Francisco Pavia \*

**Resumo:** Neste artigo vai ser analisado o papel de Portugal no processo de paz em Moçambique, esforço que consideramos muito importante e onde tentaremos demonstrar a sua importância; um papel que não sendo o principal revelar-se-ia fundamental em determinadas fases, em especial a sua influência, através de canais formais e informais na tentativa de aproximação entre as *Partes*, com o objectivo de se chegar a um acordo, que pusesse fim à guerra civil e concorresse para a ulterior transição democrática.

**Abstract:** In this Paper we will examine the role of Portugal in the peace process in Mozambique, which we consider a very important effort and where we demonstrate its importance; a role that does not prove to be the primary, but would be crucial in certain phases, in particular its influence, through formal and informal channels in an attempt to rapprochement between the *Parties*, with the aim of reaching an agreement that put an end to civil war and compete for the subsequent democratic transition.

**Palavras chave:** Moçambique; Paz; Portugal.

**Key-Words:** Mozambique; Peace; Portugal.

---

\* Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho. Professor Auxiliar da Universidade Lusíada de Lisboa.

## 1. Cavaco Silva e a dimensão africana da política externa portuguesa

Na sequência da crise governamental que tinha ocorrido com a eleição de Aníbal Cavaco Silva para líder do PSD no congresso da Figueira da Foz, em 1985, o presidente Ramalho Eanes dissolve a Assembleia da República e convoca novas eleições. O PSD sai vencedor, mas sem maioria absoluta; forma, porém, um governo minoritário que irá depois coabitar com Mário Soares na presidência da República, para onde é eleito em 1986. O primeiro governo de Cavaco Silva, que irá durar dois anos, até 1987, vai confrontar-se com a morte de Samora Machel em Outubro de 1986, e com a subida ao poder de Joaquim Chissano, que até aí tinha desempenhado as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros. Estes dois primeiros anos do consulado de Cavaco Silva não vão ser especialmente profícuos no que concerne às relações de Portugal com Moçambique. Este facto poderá, eventualmente, ter duas explicações: a primeira prender-se-ia com a própria debilidade do governo; era um governo minoritário e, portanto, estava dependente de uma série de arranjos e compromissos no quadro da Assembleia da República, o que dificultava a prossecução de uma política coerente. A segunda poderia estar relacionada com a eventual pouca apetência do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Pedro Pires de Miranda, e do seu secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Eduardo Azevedo Soares, no respeitante aos assuntos africanos. Em 1987, na sequência de novas eleições legislativas, o PSD consegue a maioria absoluta e o XI governo constitucional entra em funções em Agosto. A nova equipa dos Negócios Estrangeiros é constituída pelo ministro João de Deus Pinheiro, e pelo secretário de Estado José Manuel Durão Barroso. As relações com África vão agora adquirir uma forte prioridade estratégica na política externa portuguesa. Como o próprio Cavaco Silva afirmou:<sup>1</sup>

“Boas relações com os cinco PALOP’s não são uma prioridade para os Estados Unidos ou para o Reino Unido, mas são-no para Portugal”.

Cavaco Silva teria dois objectivos ao afirmar que as relações com os PALOP eram uma prioridade cimeira da política externa portuguesa. O primeiro, seria tentar estabelecer uma relação mais positiva e com benefícios mútuos com os PALOP; o segundo, seria tentar introduzir um novo dinamismo no papel de “intermediário” que Portugal queria jogar entre os PALOP e os seus parceiros europeus. Seria também uma forma de reforçar a sua relevância internacional em Bruxelas e Washington.<sup>2</sup> O novo governo maioritário iria

---

<sup>1</sup> Declaração do Primeiro Ministro, Cavaco Silva, à agência *Angop*, 28 de Julho de 1988.

<sup>2</sup> Venâncio and Chan (1996) *Portuguese Diplomacy in Southern Africa*. P. 54.



trazer estabilidade política ao país, uma das condições básicas para uma maior continuidade no relacionamento com as ex-colónias.<sup>3</sup>

## 2. O processo de paz em Moçambique: os primeiros passos

Na sequência da “sangrenta” guerra civil que assolava Moçambique, em 1989, começa a notar-se uma tentativa de “aproximação” política entre a Frelimo e a Renamo, com a adopção pela Frelimo (pelo menos em termos semânticos) de um tipo de socialismo menos dogmático e mais flexível no 5º congresso, em Julho desse ano. Simultaneamente, a Renamo também adoptava uma postura mais autónoma relativamente aos sul-africanos, durante o congresso que se realizara na Gorongosa, em Junho. Nessa altura, inicia-se uma discreta ofensiva diplomática do presidente do Quênia, Daniel Arap Moi, com várias visitas de funcionários governamentais quenianos ao quartel-general da Renamo na Gorongosa, com o consentimento secreto do presidente Chissano. Como resultado destas iniciativas, delegações da Renamo e da Frelimo concordaram em reunir-se em Nairobi, em Agosto, sob mediação conjunta do Quênia e do Zimbabwe, estando também presentes um grupo de religiosos de Moçambique que actuavam como emissários. Por sua vez, Portugal actuou neste “tabuleiro” em três frentes simultâneas:

1. tinha conselheiros junto da delegação da Renamo;
2. Cavaco Silva tinha recebido em “audiência”, em 22 de Setembro, “Tiny Rowland”,<sup>4</sup> presidente da multinacional britânica *Lonrho*, dando o aval do governo português às iniciativas por este conduzidas com vista a facilitar o processo de paz; e,
3. no mês de Agosto, o primeiro ministro português envia a Nairobi um emissário especial que se encontrou com Afonso Dhlakama e com o presidente do Quênia, Daniel Arap Moi.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Antunes, José Freire (1990) *O Factor Africano*. P. 130.

<sup>4</sup> Vines, Alex (1996) Renamo: *From Terrorism to Democracy in Mozambique?*. P. 126. O autor não conseguiu confirmar esta “audiência” por outra fonte, nem Cavaco Silva, nem Chito Rodrigues a referem, porém, ela não é inverosímil dado que “Tiny” Rowland, chairman da multinacional britânica *Lonrho* que detinha vastos interesses em Moçambique foi um personagem importante no processo de paz moçambicano. Era ele, por exemplo, que fornecia o transporte no avião da *Lonrho* a Afonso Dhlakama e à delegação da Renamo.

<sup>5</sup> Antunes, José Freire (1990) Op. Cit. Pp. 134-135. Esse emissário era Chito Rodrigues, ele próprio o confirma no seu livro. Cfr. Rodrigues, Joaquim Chito (2006) *Anatomia de Um Processo de Paz: Moçambique, Contributo para a Verdade*, Pp. 117-128.

Também no mesmo mês de Setembro de 1989, Cavaco Silva visita Moçambique à frente de uma importante delegação tendo sido assinados numerosos acordos de cooperação em domínios como as pescas, a meteorologia, a geodésica, a comunicação social, e reafirmado os que já se encontravam em vigor como, por exemplo, no domínio militar.<sup>6</sup> No entanto, na sequência do colapso das negociações de Nairobi o processo de paz vai ser transferido para Roma, e no dia 8 de Julho de 1990 as duas delegações encontram-se pela primeira vez na capital italiana. O processo é assegurado pelos dois representantes da Comunidade de Santo Egídio, Professor Andreia Riccardi e Dom Matteo Zuppi, pelo Arcebispo da Beira, Dom Jaime Gonçalves, e pelo Senador Mario Raffaeli, representante do governo italiano. O papel de Portugal nesta fase ou seja, até à conclusão das negociações em Outubro de 1992, e também na fase seguinte, isto é, até à realização das primeiras eleições livres e democráticas em finais de Outubro de 1994, foi sintetizado por José Manuel Briosa e Gala, antigo secretário de Estado da Cooperação, em artigo publicado no jornal *Expresso*:<sup>7</sup>

“(…) Em boa hora intervimos. Com efeito, a postura que então soubemos assumir e o papel que fomos desempenhando no desenrolar das negociações de Roma (papel que, por imposição ética e preocupação de eficácia político-diplomática, entendemos, na altura, manter discreto) mereceram de tal modo a confiança das delegações da Frelimo e da Renamo que **a equipa de observação portuguesa foi progressivamente chamada a uma crescente intervenção na procura dos mecanismos mais adequados para a resolução dos graves problemas em negociação (…)**.”  
[Ênfase do autor].

### 3. O modo português de fazer a paz

Comparando, por exemplo, o papel de Portugal com o da Itália neste processo, houve um menor investimento em termos financeiros por parte do governo de Lisboa, mas, proporcionalmente, o investimento de Portugal foi mais profícuo, ou seja, sem a intervenção portuguesa muitas questões teriam ficado por resolver e provavelmente o processo teria conhecido um desfecho diferente, ou pelo menos teria sido mais prolongado. A participação portuguesa permitiu, assim, uma conclusão positiva com um dispêndio de meios muito

---

<sup>6</sup> Gouveia, Jorge Bacelar (1994) *Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos*. Pp. 530-562.

<sup>7</sup> Briosa e Gala, José Manuel (1995) Portugal na Paz de Moçambique, *Jornal Expresso* nº 1162 de 04/02/95.

inferior àqueles que eram empregues pelos italianos. Será eventualmente este o *modo português* de fazer a paz parafraseando o autor norte-americano, John P. Cann, que, na sua análise à contra-insurreição em África desenvolvida pelos portugueses de 1961 a 1974, introduziu um conceito que é mesmo o subtítulo do seu livro, “o *modo português* de fazer a guerra”.<sup>8</sup> O autor defende, em especial, que sendo Portugal um país de fracos recursos, vai porém aplicá-los de uma maneira que consegue extrair o máximo de resultados ou seja, a aplicação de uma forma “coordenada” e “sinérgica” de recursos escassos de modo a maximizar a obtenção de resultados. Transpondo esta concepção para a intervenção portuguesa em todo o processo de transformação política em Moçambique, não será difícil constatar, tal como iremos procurar fazer, que esta intervenção apesar de “discreta” – e este foi o adjectivo utilizado pelo ex-secretário de Estado da Cooperação, Briosa e Gala, no artigo referido supra –, foi efectivamente muito importante para o desenlace positivo do processo.

A diplomacia portuguesa acompanhou desde o início e de muito perto todo o processo negocial de Roma. A embaixada de Portugal em Roma, na altura liderada pelo embaixador Luiz Gaspar da Silva, que tinha sido transferido de Paris, em Setembro de 1990, com orientações expressas de acompanhar o processo, contava ainda com o secretário de Embaixada, Henrique Diniz da Gama que – segundo ele próprio nos confirmou – foi o único diplomata português não só a seguir todo o processo em Roma mas também a fazer o *follow-up* em Maputo do período pós-acordo até às eleições de 1994, e com o adido de Defesa, coronel Miguel Fradique da Silva, além de outros diplomatas. Foram, porém, estes três diplomatas mencionados que tiveram uma maior intervenção e conhecimento do desenrolar das negociações e que as acompanharam em permanência até ao seu desfecho.<sup>9</sup>

Em Fevereiro de 1991, o governo português nomeia António Sennfeldt, diplomata de carreira, como “focal point” para acompanhar o processo. Esta nomeação significava que o governo português atribuía a estas negociações um carácter prioritário, ao ponto de nomear uma missão de observação espe-

<sup>8</sup> Cann, John P. (1997) *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de Fazer a Guerra*, P. 245.

<sup>9</sup> O autor entrevistou os três diplomatas mencionados em diversas ocasiões. O embaixador Gaspar da Silva foi entrevistado no dia 01/03/2002 e no dia 05/12/2005. O secretário de Embaixada Henrique Diniz da Gama no dia 03/10/03. O adido de Defesa coronel Miguel Fradique da Silva no dia 09/10/03. Todas as entrevistas decorreram em diferentes locais de Lisboa. Segundo nos relatou Gaspar da Silva, foi o próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, que lhe deu instruções explícitas no sentido de ir para Roma para acompanhar de perto todo o processo negocial que tinha começado em Julho de 1990, com o objectivo de fazer “algum contraponto” à influência que os italianos exerciam através dos mediadores da Comunidade de Santo Egídio.

cial antes ainda de Portugal ter sido convidado pelas partes a integrar as negociações com o estatuto de observador. Esta equipa liderada por Sennfeldt era também constituída por dois militares, não sendo de estranhar que tivessem “ligações” com o Serviço de Informações Militares (SIM).<sup>10</sup> Todos os intervenientes entrevistados pelo autor concordaram que a diplomacia “discreta”, mas “activa”, de Portugal, o seu papel facilitador e até às vezes desbloqueador de situações mais complicadas, contribuiu em grande medida para o bom andamento do processo. Um bom exemplo deste papel desbloqueador era o facto de a delegação da Renamo se justificar com alguma demora na resposta às questões que figuravam na agenda negocial, com a suposta desculpa da dificuldade das comunicações com a Gorongosa. Esta dificuldade terá sido colocada por Dhlakama a um dos diplomatas portugueses, que, por sua vez, transmitiu essa preocupação e necessidade para Lisboa. O que é facto é que pouco tempo depois a Renamo tinha na Gorongosa um telefone/fax por satélite que permitia comunicações fáceis e rápidas com a delegação de Roma. Este grau de quase familiaridade que existia entre a delegação da Renamo e alguns membros da delegação da Frelimo com os diplomatas portugueses, não existia, por exemplo, com as outras delegações estrangeiras. Aquilo que hoje em dia é referido como um “chavão” – nalguns casos, até com alguma ironia, apelidado de “diplomacia da saudade”, ou seja, a língua comum e os laços culturais e históricos – continua a ter uma importância decisiva no relacionamento de Portugal com os PALOP.

Nas entrevistas que o autor conduziu com diplomatas portugueses envolvidos no processo – nomeadamente os três já citados – esta dimensão de uma maior “proximidade” e “familiaridade” com as duas delegações moçambicanas, principalmente com a Renamo, é sempre referida. Era esta, aliás, a “mais valia” dos portugueses face a outros interesses internacionais, tais como os italianos, os ingleses e até os sul-africanos. O secretário de embaixada, Diniz da Gama, acentuava mesmo que eram evidentes as “qualidades”, a “familiaridade” e a “empatia” dos diplomatas portugueses no relacionamento com os moçambicanos; havia como que uma cumplicidade entre as partes que, por exemplo, permitia à delegação da Renamo solicitar “favores” a Portugal que não solicitava a outros (caso do telefone satélite ou pagamento de viagens). Um factor que terá sido decisivo e que demonstra mais uma vez a importância da participação portuguesa, tinha a ver com o facto de Dhlakama e os outros membros da delegação da Renamo sofrerem de uma espécie de “complexo de

---

<sup>10</sup> O SIM foi criado pelo Decreto-Lei nº 226/85 de 4 de Julho, e substituiu a Dinfo; por sua vez, o SIM foi extinto pela Lei nº 4/95 de 21 de Fevereiro, e substituído pelo SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa) que ficou com competência exclusiva para a produção de informações estratégicas de defesa e de informações militares.

inferioridade” face à delegação da Frelimo, que tinha um à-vontade muito maior nestes contactos e movimentações internacionais. Terá sido a influência portuguesa junto da delegação da Renamo que criava mais confiança nos seus elementos e que, muitas vezes, quando por exemplo Dlakhamá ameaçava recorrer à ameaça da força, o dissuadia desse propósito.<sup>11</sup> Outra das questões apontadas pelo diplomata foi o facto de Portugal, apesar de aplicar recursos diminutos e de contar com algumas resistências a um maior envolvimento no processo, ter conseguido mesmo assim resultados bastante positivos.

Uma das resistências à participação portuguesa vinha precisamente dos italianos<sup>12</sup> que, em diversas ocasiões, se referiam com alguma acrimónia às supostas tentativas de Portugal no sentido de “sabotar” o processo em Roma e eventualmente transferi-lo para Lisboa.<sup>13</sup> A este respeito vale a pena citar de novo, Briosa e Gala, ex-secretário de Estado da Cooperação:<sup>14</sup>

“Ao contrário do que alguns parece terem interesse em afirmar, Portugal participou, como ficou demonstrado, activamente em todo o processo de paz moçambicano. E, mais, fê-lo de forma determinante. Vale a pena lembrar, por exemplo, que o actual ministro dos Estrangeiros foi o primeiro governante de um país ocidental a encontrar-se com o líder da Renamo. **Estivemos na primeira linha das próprias negociações, da defesa do envio atempado do dispositivo das Nações Unidas para o terreno e tivemos uma acção político-diplomática sistemática e continuada, em diversas capitais, com o fim de sensibilizar a comunidade doadora para o apoio a Moçambique.**” [Ênfase do autor].

Estas referências negativas a Portugal e aos portugueses são oriundas dos mais diversos meios, mas com destaque para alguma “literatura”, predominantemente anglo-saxónica, que muitas vezes parece ter como único objectivo

---

<sup>11</sup> Entrevista com Henrique Diniz da Gama. Estes factos foram corroborados por Andre Thomashausen também em entrevista por nós conduzida. O estigma de movimento guerreiro que conduziu uma guerra sem quartel contra o governo da Frelimo, onde foram cometidos inúmeros massacres era algo que incomodava profundamente a Renamo e que a levava a ter uma atitude de desconfiança face aos mediadores e, às vezes, aos observadores. Como já foi afirmado eram os portugueses, em inúmeras ocasiões, que conseguiam vencer essa desconfiança e tornar a trazer a delegação da Renamo para a mesa das negociações.

<sup>12</sup> Cavaco Silva reafirmou isto mesmo na sua *Autobiografia Política II*; Cfr. Cavaco Silva (2004) *Autobiografia Política II*, P. 264.

<sup>13</sup> Nos diversos relatos que mais tarde se fizeram sobre o processo de Roma, a participação portuguesa ou é quase ignorada, (caso de Hume, Cameron (1994) *Ending Mozambique's War*, United States Institute of Peace Press, Washington), ou, então, é apontada mais como uma fonte de desestabilização do que propriamente de ajuda ao processo. Cfr. Rocca, Roberto Morozzo Della (1998) *Moçambique da Guerra à Paz*, Livraria Universitária Universidade Eduardo Mondlane, Maputo. P.108; P. 149; P.165; P.217; P.224.

<sup>14</sup> Briosa e Gala, José Manuel (1995) Op. Cit.



uma crítica constante, subjectiva e permanente à presença portuguesa em África.<sup>15</sup> Poder-se-à de alguma maneira compreender este fenómeno ao constatar-se que uma parte substancial dessas “análises” são de *concerned scholars* com uma visão enviesada da realidade; em rigor, muitos deles são “simpatizantes” da Frelimo e adoptaram a postura da sua ala mais “radical” que, como iremos ver, punha mais resistências à participação portuguesa no processo de paz.<sup>16</sup> Estas resistências da Frelimo em aceitar dar a Portugal um papel de maior destaque ou, até, em transferir as negociações para Lisboa seria uma forma da Frelimo “punir” Portugal pelo apoio que este estaria a dar à Renamo. O próprio Armando Guebuza, líder da delegação do governo moçambicano às negociações de Roma, e tido como um elemento da linha “dura” da Frelimo, seria aquele que mais obstáculos colocava a um maior envolvimento de Portugal.

Esta atitude da Frelimo não era nova. Já na primeira metade dos anos de 1980, muitos elementos das Forças Populares 25 de Abril (FP 25) encontraram refúgio em Moçambique quando eram procurados pelas autoridades portuguesas por crimes de terrorismo, assassinio e outros. Alguns deles, caso de Valentim de Sousa, chegaram a ter funções de comando no exército moçambicano.<sup>17</sup> A Frelimo terá inclusivamente financiado as actividades das FP 25.<sup>18</sup> Este facto não será de todo inverosímil, já que eram conhecidas as ligações de Otelo Saraiva de Carvalho, o mentor das FP 25, a Samora Machel e à Frelimo.<sup>19</sup> Mais uma vez esta seria uma forma da Frelimo contrabalançar o apoio que, alegadamente, Portugal estaria a prestar aos rebeldes. Poder-se-ia perguntar se o apoio que Portugal terá prestado à Renamo, através da Dinfo ou da sua sucessora, SIM, não terá afinal sido um contra-senso, já que não foi Portugal o principal mediador nas conversações de Roma. Eventualmente, a resposta a esta questão seria positiva se os objectivos de Portugal fossem apenas as

---

<sup>15</sup> Foram inclusivamente “inventadas” supostas conexões portuguesas e telefonemas de autoridades políticas em Portugal, que teriam inviabilizado uma tentativa de acordo entre a Renamo e a Frelimo, em 1984, na sequência do Acordo de Nkomati. Jacinto Veloso, que foi Director Nacional dos Serviços de Informação e Segurança do Estado e Ministro da Cooperação do governo de Moçambique afirma que as origens dessa “inventona” eram os Serviços Militares Sul-Africanos na tentativa de “disfarçar” o seu próprio protagonismo: Cfr: Veloso, Jacinto (2007) *Memórias em Voo Rasante*, Pp. 182-187. A versão de que os “portugueses”, directa ou indirectamente, inviabilizaram várias tentativas de acordo continua, porém, presente em várias publicações: Cfr. Msabaha, Ibrahim (1995) *Negotiating an End to Mozambique's Murderous Rebellion*, Pp. 211-212; P. 214.

<sup>16</sup> Graça, Pedro Borges (2005) *A Construção da Nação em África*, Pp. 122-127; P. 111.

<sup>17</sup> Cabrita, João (2000) *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. Palgrave. New York. P. 235.

<sup>18</sup> Idem. P. 250.

<sup>19</sup> Serra, Paula (1998) *Dinfo: Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares*. P. 85.

“luzes da ribalta” da mediação internacional. Mas, como já foi várias vezes referido, não eram esses os objectivos de Portugal ao manter ligações “oficiosas” com a Renamo. Essas ligações permitiram criar uma ponte de acesso à cúpula da Renamo, que Portugal soube capitalizar a seu favor e a favor da paz. A “diplomacia silenciosa” de Lisboa terá rendido mais benefícios do que os pretendidos por aqueles que queriam o sucesso a todo o custo.

#### 4. O papel conjunto dos serviços de informações militares e da diplomacia portuguesa

Os serviços de informação militares (SIM) continuavam, entretanto, a ter um papel activo nos contactos com a Renamo. Em Setembro de 1990, com as conversações de Roma a decorrer, Raúl Domingos (líder da delegação da Renamo nas conversações de Roma) deslocou-se a Lisboa a convite do SIM tendo sido recebido por Durão Barroso no dia 19.<sup>20</sup> Esta visita causou grande perturbação em Maputo e Roma, devido ao facto de ter sido interpretada como uma tentativa de ingerência dos portugueses. Em 1991, na sequência de outro encontro com Durão Barroso em Genebra, no dia 29 de Abril – encontro que foi acompanhado por Chito Rodrigues e Albano da Gama Diogo do SIM<sup>21</sup> –, Dhlakama visitará Portugal no mês de Novembro, mais uma vez sob os auspícios do SIM, e anuncia que se Portugal for mediador, a paz pode ser alcançada até ao Natal.<sup>22</sup> Foram também os militares que ajudaram a desbloquear algumas situações como, por exemplo, o visto de Afonso Dhlakama por ocasião da sua visita a Lisboa e até vistos para os familiares do líder da Renamo que se encontravam em Portugal; a família de Afonso Dhlakama, mulher e filhos, vieram para Portugal no início desse ano, ficando alojados numa casa na Parede.<sup>23</sup> Durante todo o processo de negociação até à assinatura do Acordo de Paz em Roma, em 1992, e mesmo algum tempo depois, a família de Dhlakama esteve em Portugal custeada pelo SIM. O facto de saber que a sua família se encontrava em segurança em Portugal, terá sido para Dhlakama da maior importância já que durante todo o complicado processo de negociações, que implicavam permanentes deslocações e até alguns riscos, era fundamental para o líder da Renamo dispor de uma retaguarda segura, pelo menos para os

<sup>20</sup> *Maputo Domestic Service in Portuguese*. 17.30 GMT, 20 Sept. 1990.

<sup>21</sup> Cfr. Rodrigues, Joaquim Chito (2006) *Op. Cit.* Pp. 263-264.

<sup>22</sup> Vines, Alex (1996) *Op. Cit.* Pp. 143-144.

<sup>23</sup> Cavaco Silva, Aníbal (2004) *Autobiografia política II*. P.265. Cavaco Silva confirma essa estadia, e confirma também as nossas afirmações relativas ao envolvimento do SIM, então dirigido pelo, na altura, brigadeiro Chito Rodrigues.

seus familiares mais próximos. Esta circunstância, entre outras, terá também permitido aos portugueses um papel, que embora sendo pouco conhecido, foi muito importante na fase de negociação. Por sua vez, o coronel Albano da Gama Diogo, destacado membro do SIM, esteve em Roma algumas vezes em contactos com a delegação da Renamo. O adido de defesa em Roma, coronel Miguel Fradique da Silva, entrevistado pelo autor, também acompanhava o processo, e teve vários contactos com membros da delegação da Renamo; mais tarde, o coronel Manuel Brás da Costa, que era natural de Moçambique, profundo conhecedor do terreno e adido militar da embaixada portuguesa em Maputo, foi designado por Portugal para integrar a chamada Comissão Mista de Verificação, criada na terceira ronda de negociações, em 30 de Novembro de 1990; esta Comissão tinha como principal objectivo monitorar a actividade militar das duas forças em confronto e assegurar o cumprimento dos acordos.

Em 7 de Agosto de 1992, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama assinam em Roma a Declaração Conjunta segundo a qual se comprometem a concluir o processo de paz no início de Outubro do mesmo ano. Na cerimónia de assinatura está também presente uma delegação de Portugal que, como país observador do processo negocial, se fez representar pelo chefe de gabinete do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Álvaro de Mendonça e Moura, que é acompanhado pelo líder da missão de observação portuguesa, António Sennfeldt. Foi nesta altura solicitado a Portugal que colaborasse na constituição e formação das novas forças armadas unificadas de Moçambique, que iriam resultar da assinatura dos acordos pelos dois líderes moçambicanos. Os *pedidos formais* foram transmitidos no decorrer dos encontros separados que ambos os líderes, Chissano e Dhlakama, tiveram em Roma com Mendonça e Moura.<sup>24</sup>

Na mesma altura, Afonso Dhlakama em entrevista que concedeu ao *Jornal Público*<sup>25</sup> afirmava que se a Renamo formasse governo em Moçambique daria prioridade às relações com Portugal. Dizia, então, o líder da Renamo:<sup>26</sup>

“Falamos a mesma língua e, em termos de infra-estruturas, as máquinas que existem em Moçambique são de origem portuguesa. Mesmo no campo da educação e da saúde, pensamos que os médicos portugueses podem trabalhar muito melhor em cooperação com os moçambicanos do que um francês ou um inglês que necessitam de intérprete. São estas coisas que irão fazer com que o governo da Renamo tenha de facto, boas relações com Portugal”.

---

<sup>24</sup> Mascarenhas, Eduardo (1992) *Diário de Notícias*, 09/08/1992.

<sup>25</sup> *Jornal Público* de 09/08/1992.

<sup>26</sup> *Idem*.



O período que mediou entre Agosto e a assinatura do Acordo Geral de Paz, em 4 de Outubro, foi fértil em movimentações diplomáticas onde, mais uma vez, Portugal jogava o seu papel. Em meados de Setembro, no decurso de uma das rondas de negociação, teria sido também uma sugestão do observador português, Sennfeldt, que quebraria o impasse relativo a questões militares e garantias de cessar-fogo.<sup>27</sup> Por outro lado, o diplomata Dinis da Gama desdobrava-se em contactos com as duas delegações. O embaixador Gaspar da Silva reportava desta maneira para Lisboa um desses encontros ocorrido em 14 de Setembro:<sup>28</sup>

“No decurso de um almoço que lhe foi oferecido pelo secretário Dinis da Gama, o Ministro Teodato Hungwana, de modo aparentemente sincero e espontâneo, lamentou o atraso em que se encontram as negociações, sublinhando que, se elas tivessem tido lugar em Portugal, há muito se teria chegado a uma conclusão. (...) O senhor Hungwana refere sempre Portugal com especial simpatia e familiaridade, deixando sempre claros os pontos comuns que ligam os dois países. (...)”

Em contraposição havia, como se pôde comprovar, por parte da delegação da Frelimo, e de um dos seus membros mais reticentes a um maior desempenho de Portugal no processo, um “desabafo” no sentido oposto. O diplomata Dinis da Gama afirmou ao autor que na delegação da Frelimo os membros mais críticos do papel de Portugal no processo eram exactamente Teodato Hungwana, e o próprio líder da delegação, Armando Guebuza. Aquele que estava mais próximo das posições portuguesas seria Aguiar Mazula. Porém, Guebuza, em entrevista por nós conduzida, no dia 23 de Junho de 2004, no Hotel Tivoli, em Lisboa, acabaria por afirmar que **“o papel de Portugal foi muito importante, embora pouco visível”**; diria ainda que **“ele próprio se deslocou a Lisboa algumas vezes para manter contactos com o então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, e com o próprio primeiro-ministro, Cavaco Silva”**. Segundo Guebuza, **“os líderes portugueses de então exerciam “bons-ofícios” em prol da concórdia entre os moçambicanos e terão sido muitas vezes desbloqueadores de conflitos”**. Ficou, portanto, confirmado que ambos os negociadores no processo de Roma, Armando Guebuza e Raúl Domingos, se deslocavam a Lisboa para contactos com as autoridades portuguesas, e esse facto é demonstrativo da importância de Portugal em todo o desenrolar das negociações.

Finalmente, a 4 de Outubro de 1992, foi assinado o Acordo Geral de Paz. Estiveram presentes na cerimónia, em representação do governo português, o

<sup>27</sup> Hume, Cameron (1994) *Ending Mozambique's War*. P.130.

<sup>28</sup> Telegrama da embaixada de Portugal em Roma para o MNE. 14/09/1992.

secretário de Estado Durão Barroso, e o chefe da missão de observação portuguesa, António Sennfeldt. Ficaria depois estabelecido que Portugal iria integrar todas as comissões que foram criadas para implementar os acordos específicos assinados pelo Governo de Moçambique e a Renamo. Mais uma vez, Briosa e Gala, refere este facto:<sup>29</sup>

“(…) Foi assim que Portugal veio a ser convidado a integrar todas as comissões criadas pelo Acordo Geral de Paz, a começar pela mais importante, a Comissão de Supervisão e Controlo, e também a Comissão de Cessar-Fogo, a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e a Comissão de Reintegração, e a ser incumbido da formação de importantes sectores das novas Forças Armadas. (...)”

O Presidente Joaquim Chissano no seu regresso a Moçambique depois da assinatura do AGP, passou por Lisboa, ou seja, no próprio dia da assinatura, 4 de Outubro. Chissano é entrevistado no aeroporto de Figo Maduro pelo jornalista da *RTP* (Rádio Televisão Portuguesa), Paulo Lavadinho, e, respondendo a uma pergunta deste àcerca do papel de Portugal no processo negocial, responde:<sup>30</sup>

**“O papel de Portugal foi discreto, mas muito importante, (...) já convidámos Portugal para participar na formação das novas Forças Armadas e esperamos que também participe noutros aspectos da implementação dos Acordos (...).”** [Ênfase do autor]

O primeiro-ministro Cavaco Silva, encontrava-se de visita à Exposição Universal de Sevilha, precisamente no pavilhão de Moçambique, quando recebeu a notícia do Acordo; o correspondente da *RTP* em Espanha, Vasco Lourinho, aproveitou então para questionar o primeiro-ministro àcerca da influência que Portugal teve nas negociações, tendo em conta que Cavaco Silva se iria encontrar com o presidente Chissano, em Lisboa, ainda nesse dia, ou no dia seguinte. Cavaco Silva respondeu assim:<sup>31</sup>

**“(…) Portugal esteve envolvido nas negociações até ao último minuto.(...)”** [Ênfase do autor]

No processo de paz moçambicano apareceram, como vimos, várias tentativas de estabelecimento de bons ofícios por parte das mais diversas entidades, como o Quénia, a África do Sul e o Zimbábwe, que não surtiram efeito.

---

<sup>29</sup> Briosa e Gala, José Manuel (1995) Op. Cit.

<sup>30</sup> Fonte: *RTP*, 04 de Outubro de 1992.

<sup>31</sup> Idem.

Apenas a Comunidade de Santo Egidio, congregou as “boas vontades” de ambas as partes e foi formalmente convidada para assumir o papel de mediador. O papel de Portugal também foi de “bons ofícios” numa primeira fase e, na sequência da acção desempenhada em Bicesse, tentou chegar ao papel de “mediador”, coisa que não conseguiu, já que, como foi referido, para ser reconhecida a condição de mediador é necessária a confiança de ambas as partes, o que Portugal não assegurava na totalidade, nomeadamente do governo moçambicano. Assim, o desempenho de Portugal foi, a nível formal, o de “observador” das negociações; no entanto, a nível *informal*, o papel de Portugal foi muito mais importante enquanto desbloqueador de conflitos e facilitador de soluções que levaram a que muitos impasses fossem ultrapassados.

Entretanto, em Novembro de 1992, na sequência de uma remodelação governamental em Portugal, Durão Barroso torna-se ministro dos Negócios Estrangeiros, e José Manuel Briosos e Gala fica com a secretaria de Estado da Cooperação. Em Dezembro – dois meses após a assinatura do Acordo Geral de Paz – teve lugar em Roma a conferência de doadores para Moçambique que tinha como objectivos, aumentar, coordenar e potenciar os apoios da comunidade internacional para as diversas áreas do processo de paz. A delegação portuguesa a esta conferência foi chefiada pelo recentemente empossado secretário de Estado da Cooperação que anunciou uma importante contribuição financeira do Estado português para o processo de paz;<sup>32</sup> Portugal contribuiu também para o *trust fund* das Nações Unidas para apoiar a participação da Renamo nas eleições. Houve ainda uma significativa intervenção na componente militar do processo de paz e uma participação na *Onumoz* (Operação das Nações Unidas em Moçambique), com um batalhão de transmissões que contou com 166 homens, entre oficiais, sargentos e praças, e na *Civpol* (polícia civil) com 60 oficiais de polícia. Além deste apoio, Portugal veio a ser incumbido, juntamente com a França e o Reino Unido, de prestar assistência militar e de participar na formação das novas Forças Armadas. O processo de criação das novas FA começou com a chamada “Declaração de Lisboa”, proclamada numa reunião em Fevereiro de 1993, através da qual Portugal, a França e o Reino Unido, confirmaram especificamente o seu empenho na criação e treinamento das novas forças.<sup>33</sup> Por ocasião do processo eleitoral, também houve neste campo um significativo investimento em termos financeiros, técnicos e formativos. Em Março de 1993, o diplomata Dinis da Gama, que tinha acompanhado o processo em Roma, é transferido para a embaixada em Maputo para fazer o *follow up* do processo até às eleições que se realizariam em finais de Outubro de 1994.

<sup>32</sup> Briosos e Gala, José Manuel (1995) Op. Cit.

<sup>33</sup> Vines, Alex (1996) Op. Cit. P.155.

O período que decorreu entre a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) e as primeiras eleições livres e democráticas em Moçambique ou seja, entre Outubro de 1992 e Outubro de 1994, pode ser referido como o período da ONUMOZ isto é, durante estes dois anos, Moçambique esteve como que “sob tutela” das Nações Unidas que tentavam em parceria com outros intervenientes, entre os quais Portugal, que o processo de paz chegasse a bom porto. Este período conheceu alguma agitação decorrente da natural dificuldade de manter uma operação que envolvia milhares de pessoas, custava milhões de dólares e decorria num espaço de tempo alargado. Para além disto havia ainda a desconfiança de ambas as partes, a Renamo e a Frelimo, que apesar de terem assinado o AGP, não estavam ainda preparadas para uma convivência pacífica. Outra dificuldade que ensombrou este período era o facto de em Angola as coisas não terem corrido bem, e haver quem quisesse fazer analogias com os dois processos.

Portugal manteve sempre uma presença que, como já sublinhámos, era no sentido de tentar desbloquear os conflitos e facilitar pontes de contacto. Em Julho de 1993, o então ministro da defesa português, Fernando Nogueira, visitou Moçambique e conseguiu provocar um encontro improvisado entre os comandantes militares das duas partes, aliviando assim alguma tensão que existia. Era quando surgiam dificuldades que o papel de Portugal era mais “desejado”, cumprindo-se, assim, a sua missão de “desbloqueador” de conflitos. Reinaldo Chilengue, correspondente do semanário *Expresso* em Maputo, relatava deste modo esse facto:<sup>34</sup>

“(…) Portugal desejado. Este tipo de dificuldade tem vindo a valorizar o papel de Portugal no processo de paz moçambicano. Encarada positivamente por Maputo e por outros membros da ONUMOZ, a participação portuguesa foi muito elogiada durante a visita de Fernando Nogueira. A notícia que causou mais agrado em Maputo foi o anúncio que Lisboa se propõe gastar este ano 2,5 milhões de contos para a pacificação de Moçambique – mais 900 mil que os inicialmente previstos. Já se encontram na capital moçambicana os cinco primeiros instrutores militares portugueses para a formação do futuro exército unificado (...)”.

Ainda nesse ano, em Agosto, e na sequência do investimento político português em Moçambique – considerando todas as dimensões que temos vindo a descrever –, Portugal manifestou disponibilidade para suprir a retirada da Itália do financiamento da recuperação da linha de transporte de energia da

---

<sup>34</sup> Chilengue, Reinaldo (1993) “Moçambique à espera da cimeira”. *Expresso*, 17 de Julho de 1993.

barragem de Cahora Bassa para a África do Sul. Os italianos alegavam que o seu comprometimento financeiro nas operações de paz na Somália e em Moçambique os impedia de satisfazer o compromisso assumido. Portugal veio efectivamente a assumir esse compromisso no quadro das suas responsabilidades com a HCB.<sup>35</sup>

Em 21 de Abril de 1994, Afonso Dhlakama inicia a sua primeira visita oficial a Portugal que se prolongará até ao dia 27. Nessa visita, o líder da RENAMO afirmou ir a Portugal para dar conta dos desenvolvimentos da paz e tentar obter apoios para a Renamo.<sup>36</sup> Foi recebido pelas autoridades portuguesas, tendo-lhe inclusivamente sido oferecido um banquete em sua honra no palácio de Belém, a convite do presidente Mário Soares, Dhlakama afirmaria:<sup>37</sup>

“(…) Portugal, país irmão e amigo está activamente a colaborar com o processo de paz moçambicano, quer na formação das novas forças armadas, quer noutros sectores (...) quero apresentar o meu profundo sentimento de gratidão a Portugal e ao povo português (...)”.

Por ocasião do acto eleitoral, que decorreu em finais de Outubro, houve ainda um momento em que Portugal pôde mais uma vez demonstrar que era realmente um país a quem se podia “recorrer” quando existiam dificuldades que aparentemente eram inultrapassáveis, e que podiam deitar tudo a perder. O acto eleitoral começou efectivamente no dia 27 de Outubro de 1994 e estava previsto que durasse dois dias; porém, devido ao boicote da Renamo que foi anunciado na véspera, foi depois prolongado por mais um dia ou seja, até ao dia 29. O líder da Renamo anunciara no dia 26 à noite que se retirava das eleições porque, segundo ele, existiriam fraudes e não havia garantias de que o processo decorresse de forma livre e justa. Houve um momento de pânico nas diversas chancelarias e de acordo com o diplomata português, Dinis da Gama, o próprio representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, Aldo Ajello, no decurso de uma reunião de emergência por ele convocada com os diversos embaixadores acreditados em Maputo, vai socorrer-se dos diplomatas portugueses, pedindo-lhes que estes intercedessem no sentido de se tentar desbloquear a situação. Esta atitude, por si só, revela que o diplomata italiano teria consciência de que em alturas como aquelas, os portugueses poderiam ser aqueles que ainda teriam alguma margem de manobra para desbloquear a situação. O que é facto é que estava também presente em Maputo, na altura, João Soares, filho do presidente português Mário Soares, que teria falado com

<sup>35</sup> *Jornal Público*. 22 de Agosto de 1993.

<sup>36</sup> *Jornal A Capital*. 21 de Abril de 1994.

<sup>37</sup> *Idem*.



Foi assim que Portugal veio a ter um papel relevante no processo de transformação política em Moçambique tal como tentámos configurar. Papel esse, que, como referiu o então secretário de Estado da Cooperação, Briosas e Gala, e como também já afirmámos, foi discreto, mas mesmo assim bastante importante. Portugal teve que conquistar um espaço de manobra e de actuação que estava a ser disputado por grandes potências, tais como o Reino Unido, a África do Sul e a Itália; mas conseguiu, apesar disso, um espaço próprio e uma margem de actuação que se revelaram cruciais em determinadas etapas do processo. Este modo de actuação, ou o *modo português* de fazer a paz, consistia numa tentativa de otimizar recursos escassos por forma a daí tentar extrair o máximo de resultados. Terá, portanto, ficado demonstrado que uma pequena potência como Portugal – caso prossiga uma política coerente e determinada – aplicando ao mesmo tempo o seu conhecimento específico da realidade internacional, pode ter sucesso mesmo estando em “competição” com potências que têm muitos mais meios ao seu dispor.

O processo de transformação em Moçambique teve, portanto, o contributo de Portugal através de uma diplomacia “não convencional”. Portugal foi um dos principais intervenientes na utilização desse método através, por exemplo, do apoio directo e indirecto que foi prestado à Renamo pelos serviços de informação, na facilitação de intermediários individuais, no apoio diplomático e financeiro ao processo de paz, e, também, no contrapeso que fazia à política sul-africana. Portugal, apesar de privilegiar a diplomacia tradicional Estado a Estado, não fechou totalmente os canais de comunicação com o movimento rebelde, e isso permitiu-lhe ter alguma margem de manobra e de “acesso” à liderança da Renamo. Este papel que Portugal pode desempenhar como “facilitador” nos processos de mediação em alguns conflitos – sejam eles internos ou internacionais – deve-se precisamente ao facto de reunir um conjunto de características que podemos definir em termos de *soft power*,<sup>42</sup> como por exemplo: a) ter um conhecimento prévio dos actores e dos interesses em presença (a língua comum joga aqui um papel fundamental), b) ter a capacidade de construir redes transnacionais que liguem as várias influências nos conflitos, c) ter

---

ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe), e suspendeu a cooperação bilateral técnico-militar, iniciada em 1992. Esta “atitude de força” por parte do governo português nunca existiu face a Moçambique, onde se privilegiou uma diplomacia mais discreta. Não se pense, porém, que esta maneira de actuar se aplica apenas a Portugal; basta observar, por exemplo, o relacionamento da Grã-Bretanha com a Nigéria em contraste com o seu relacionamento com a Serra Leoa ou o Gana.

<sup>42</sup> O conceito de *soft power* introduzido por Joseph S. Nye, Jr. foi definido por este autor como “a capacidade de se obter o que se pretende atraindo os outros em vez de os manipular com incentivos materiais ou ameaças militares, ou seja, tenta-se cooptar as pessoas em vez de as coagir”. Cfr. Nye Jr., Joseph S. (2008) *The Powers to Lead*, Oxford University Press, New York.

Foi assim que Portugal veio a ter um papel relevante no processo de transformação política em Moçambique tal como tentámos configurar. Papel esse, que, como referiu o então secretário de Estado da Cooperação, Briosas e Gala, e como também já afirmámos, foi discreto, mas mesmo assim bastante importante. Portugal teve que conquistar um espaço de manobra e de actuação que estava a ser disputado por grandes potências, tais como o Reino Unido, a África do Sul e a Itália; mas conseguiu, apesar disso, um espaço próprio e uma margem de actuação que se revelaram cruciais em determinadas etapas do processo. Este modo de actuação, ou o *modo português* de fazer a paz, consistia numa tentativa de otimizar recursos escassos por forma a daí tentar extrair o máximo de resultados. Terá, portanto, ficado demonstrado que uma pequena potência como Portugal – caso prossiga uma política coerente e determinada – aplicando ao mesmo tempo o seu conhecimento específico da realidade internacional, pode ter sucesso mesmo estando em “competição” com potências que têm muitos mais meios ao seu dispor.

O processo de transformação em Moçambique teve, portanto, o contributo de Portugal através de uma diplomacia “não convencional”. Portugal foi um dos principais intervenientes na utilização desse método através, por exemplo, do apoio directo e indirecto que foi prestado à Renamo pelos serviços de informação, na facilitação de intermediários individuais, no apoio diplomático e financeiro ao processo de paz, e, também, no contrapeso que fazia à política sul-africana. Portugal, apesar de privilegiar a diplomacia tradicional Estado a Estado, não fechou totalmente os canais de comunicação com o movimento rebelde, e isso permitiu-lhe ter alguma margem de manobra e de “acesso” à liderança da Renamo. Este papel que Portugal pode desempenhar como “facilitador” nos processos de mediação em alguns conflitos – sejam eles internos ou internacionais – deve-se precisamente ao facto de reunir um conjunto de características que podemos definir em termos de *soft power*,<sup>42</sup> como por exemplo: a) ter um conhecimento prévio dos actores e dos interesses em presença (a língua comum joga aqui um papel fundamental), b) ter a capacidade de construir redes transnacionais que liguem as várias influências nos conflitos, c) ter

---

ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe), e suspendeu a cooperação bilateral técnico-militar, iniciada em 1992. Esta “atitude de força” por parte do governo português nunca existiu face a Moçambique, onde se privilegiou uma diplomacia mais discreta. Não se pense, porém, que esta maneira de actuar se aplica apenas a Portugal; basta observar, por exemplo, o relacionamento da Grã-Bretanha com a Nigéria em contraste com o seu relacionamento com a Serra Leoa ou o Gana.

<sup>42</sup> O conceito de *soft power* introduzido por Joseph S. Nye, Jr. foi definido por este autor como “a capacidade de se obter o que se pretende atraindo os outros em vez de os manipular com incentivos materiais ou ameaças militares, ou seja, tenta-se cooptar as pessoas em vez de as coagir”. Cfr. Nye Jr., Joseph S. (2008) *The Powers to Lead*, Oxford University Press, New York.

uma diplomacia diligente, e, por último, mas não menos importante, d) não ser um país poderoso em sentido esmagador (o que neste caso traz alguns “benefícios”), não se tornando, portanto, uma ameaça ou uma parte interessada. Estas características são justamente apontadas por vários “especialistas”<sup>43</sup> em processos de mediação como *mais-valias*, que países pequenos como Portugal devem aproveitar para poderem aspirar a ser, pelo menos, “potências” diplomáticas.

### Referências bibliográficas:

- ANTUNES, JOSÉ FREIRE (1990) *O Factor Africano*, Bertrand Editora, Venda Nova.
- CABRITA, JOÃO (2000) *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*, Palgrave, New York.
- CANN, JOHN P. (1997) *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de Fazer a Guerra*, Edições Atena, São Pedro do Estoril.
- CAVACO SILVA, ANÍBAL (2004) *Autobiografia Política II*, Temas e Debates, Lisboa.
- CROCKER, CHESTER and HAMPSON, FEN OSLER and AALL, PAMELA (Edits) (2003) *Herding Cats: Multiparty Mediation in a Complex World*, United States Institute of Peace Press, Washington, D.C.
- GOUVEIA, JORGE BACELAR (1994) *Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos*, Separata da Revista Cooperação Portuguesa, ICP, Lisboa.
- GRAÇA, PEDRO BORGES (2005) *A construção da Nação em África*, Almedina, Coimbra.
- HOWARD, LISE MORJÉ (2008) *UN Peacekeeping in Civil Wars*, Cambridge University Press, Cambridge.
- HUME, CAMERON (1994) *Ending Mozambique's War*, United States Institute of Peace Press, Washington, D.C.
- MSABAHA, IBRAHIM (1995) *Negotiating an End to Mozambique's Murderous Rebellion* in: Zartman, I. William (1995) (Edit) *Elusive Peace: Negotiating an End to Civil Wars*, The Brookings Institution, Washington, D.C.
- NYE JR., JOSEPH S. (2008) *The Powers to Lead*, Oxford University Press, New York.
- OLIVEIRA, PAULO (2006) *Dossier Makwakwa: Renamo, Uma Descida ao Coração das Trevas*, Europress, Lisboa.
- PINTO, PEDRO PERESTRELO (2004) *Mozambique's Peace Negotiations (Analytical Explanation of the Outcome)* in: Motta, Carlos e Correia, José (Edts.) *Estudos Comemorativos dos 15 Anos da Licenciatura em Relações Internacionais, Vol.II*, 2004, Universidade Lusíada Editora, Lisboa.
- ROCCA, ROBERTO MOROZZO DELLA (1998) *Moçambique da Guerra à Paz*, Livraria Universitária Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

---

<sup>43</sup> Cfr. Revista *Pública* de 28/11/2005. Um destes “especialistas”, Jon Hanssen-Bauer, conselheiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês para a área da paz e reconciliação, por ocasião de uma conferência organizada pelo Instituto Português de Relações Internacionais, intitulada “In Peace We Trust. Can Small Countries Have Any Influence On International Politics?” realçaria as possibilidades de Portugal se poder posicionar na “arena” internacional como uma “potência” diplomática devido precisamente às características que foram enunciadas.



- RODRIGUES, JOAQUIM CHITO (2006) *Anatomia de Um Processo de Paz: Moçambique, Contributo Para a Verdade*, ACD Editores, Lisboa.
- SEIBERT, GERHARD (2001) *Camaradas, Clientes e Compadres: Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*, Editorial Vega, Lisboa.
- SERRA, PAULA (1998) *Dinfo: Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- SMOCK, DAVID R. and CROCKER, CHESTER A. (Edits) (1995) *African Conflict Resolution: The U.S. Role in Peacemaking*, United States Institute of Peace Press, Washington, D.C.
- SYNGE, RICHARD (1997) *Mozambique: UN Peacekeeping in Action 1992-94*, United States Institute of Peace Press, Washington, D.C.
- VELOSO, JACINTO (2007) *Memórias em Voo Rasante: Contributos para a História Política Recente da África Austral*, Papa-Léguas, Lisboa.
- VENANCIO, MOISÉS and CHAN, STEPHAN (1996) *Portuguese Diplomacy in Southern Africa 1974-1994*, The South Africa Institute of International Affairs, Johannesburg.
- VINES, ALEX (1996) *Renamo: From Terrorism to Democracy in Mozambique?*, James Currey, London.
- ZARTMAN, I. WILLIAM (Edit) (1995) *Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority*, Lynne Rienner Publishers, Boulder – London.

### **Jornais, Revistas, Agências Noticiosas, Telegramas de Embaixada, Rádios e Televisões:**

- BRIOS A E GALA, JOSÉ MANUEL (1995) Portugal na Paz de Moçambique, *Jornal Expresso* nº 1162 de 04/02/95.
- CHILENGUE, REINALDO (1993) “Moçambique à espera da cimeira”. *Expresso*, 17 de Julho de 1993.
- Declaração do Primeiro Ministro, Cavaco Silva, à agência *Angop*, 28 de Julho de 1988.
- Jornal A Capital*. 21 de Abril de 1994.
- Jornal Público*. 09 de Agosto de 1992.
- Jornal Público*. 22 de Agosto de 1993.
- Maputo Domestic Service in Portuguese*. 17.30 GMT, 20 Sept. 1990.
- Mascarenhas, Eduardo (1992) *Diário de Notícias*, 09/08/1992.
- Radio Televisão Portuguesa*, 04 de Outubro de 1992.
- Revista Pública* de 28/11/2005.
- Telegrama da embaixada de Portugal em Roma para o MNE. 14/09/1992.

### **Entrevistas:**

- Entrevistas com Afonso Dlakham a. Presidente da Renamo. Entrevista realizada em 15 de Fevereiro de 1998, em Maputo, e publicada no jornal *Independente* em 20 de Março de 1998. A segunda entrevista foi realizada em 09 de Fevereiro de 2001, em Pretória.

- Entrevistas com Andre Thomashausen. Antigo conselheiro jurídico da Renamo. Ex-conselheiro especial do representante do secretário-geral das Nações Unidas na ONUMOZ em Moçambique. As entrevistas foram realizadas em Pretória no dia 07/02/2001 e no dia 27/08/2003.
- Entrevista com Armando Guebuza. Representante do governo moçambicano nas negociações de Roma. Antigo ministro do Interior e também dos Transportes e Comunicações. Actualmente (2008) é secretário-geral da Frelimo e Presidente de Moçambique na sequência das eleições legislativas e presidenciais de Dezembro de 2004. A entrevista foi realizada no Hotel Tivoli, em Lisboa no dia 23 de Junho de 2004.
- Entrevista com Henrique Diniz da Gama. Diplomata português na embaixada de Portugal em Roma no período das negociações e subsequentemente em Maputo no período da ONUMOZ. A entrevista foi realizada na sua residência em Lisboa no dia 03 de Outubro de 2003.
- Entrevistas com Luíz Gaspar da Silva. Embaixador de Portugal em Roma entre 1990 e 1993. Entrevistas realizadas no Hotel Tivoli, em Lisboa, no dia 01 de Março de 2002 e no dia 05 de Dezembro de 2005.
- Entrevista com Miguel Fradique da Silva. Adido militar de Portugal em Roma no período das negociações. Entrevista realizada na Universidade Lusíada de Lisboa, no dia 09 de Outubro de 2003.